

Pós-Graduação – 2011

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E JURÍDICA

GUIA DE TEMA PARA TCC CURSOS JURÍDICOS

Publicação: Março de 2.011.

© DIREITOS RESERVADOS

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem o prévio consentimento, por escrito, pelos autores.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

**Cursos de Pós-Graduação
Lato Sensu Televirtuais | 2011**

Universidade Anhanguera-Uniderp Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes

A relação abaixo sugere temas para o TCC vinculados as respectivas disciplinas. O aluno, portanto, pode escolher outros temas que não foram listados, desde que guarde pertinência com o conteúdo temático de uma das disciplinas cursadas.

Ciências Penais

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Teoria do Garantismo Penal

- Correntes do garantismo
- Garantias referentes à produção de provas:
 - Interceptações telefônicas
 - Escuta ambiental
 - Sigilos
 - Corpo humano
- Limites de produção de prova: a infiltração policial em organizações criminais
- Direito Penal do Inimigo
- Princípio da Proporcionalidade

Princípios constitucionais penais e teoria constitucionalista do delito

- O clássico Direito Penal é um instrumento adequado para tutela dos bens jurídicos da sociedade de riscos?
- Princípio da insignificância
- Resquícios do Direito penal de autor no Direito penal brasileiro
- Princípio da culpabilidade e actio libera in causa
- Crime de perigo abstrato e princípio da ofensividade
- Medida provisória e princípio da legalidade
- Normas penais em branco e princípio da legalidade
- Princípio da igualdade e Direito penal
- Princípio da proibição da pena indigna
- Princípio da humanização das penas e RDD
- Princípio da individualização da pena e LCH
- Princípio da necessidade da pena
- Penas substitutivas nos crimes hediondos (princípio da suficiência das penas alternativas)
- Princípio da proporcionalidade das penas

- Regras fundamentais de imputação objetiva
- Tipicidade conglobante
- Reflexos processuais da teoria da imputação objetiva
- Do resultado jurídico em Direito penal
- Recusa da necessária transfusão de sangue em filho menor de idade, por motivo religioso e exculpação supra legal (fato de consciência)
- Princípios da responsabilidade pessoal e subjetiva e responsabilidade criminal da pessoa jurídica
- Perturbação decorrente da embriaguez voluntária e incompleta e motivo fútil
- Imputação objetiva e aborto anencefálico

Política Criminal

- Estratégias extra-penais de resolução da violência
- Movimento de Lei e Ordem e expansão do sistema de justiça criminal
- Abolicionismo e função ressocializadora da pena
- Minimalismo e garantismo
- Princípio da subsidiariedade
- Funções do Direito penal no Estado Social e Democrático de Direito
- Funções do bem jurídico penal
- Efeitos do Direito penal simbólico
- Novos modelos de intervenção estatal extra-penais
- Direito penal na era do risco
- Estratégias penais e extra-penais na criminalidade econômica
- Drogas e Política criminal
- (Des)criminalização do aborto e Política criminal
- (Des)criminalização do aborto de fetos inviáveis
- A mulher no Direito penal
- Processo penal e Política criminal

Culpabilidade E Responsabilidade Pessoal Do Agente

- Embriaguez e responsabilidade penal objetiva
- Teoria da imputação objetiva
- Dimensões de garantia da culpabilidade
- Consciência de fato (liberdade de crença e conflito de direitos fundamentais)
- Teoria do domínio do fato e nova dimensão da autoria em Direito penal
- Do concurso de pessoas nos crimes culposos
- Da autoria mediata

Tutela Penal Dos Bens Jurídicos Individuais

- Direito de morrer dignamente
- O bem jurídico nos crimes contra a liberdade sexual
- Direito penal do inimigo e lei dos crimes hediondos
- Consumação nos delitos de furto e de roubo

Tutela Penal Dos Bens Jurídicos Supra-Individuais

- Responsabilidade penal da pessoa jurídica
- Administrativização do Direito penal e crimes ambientais
- Responsabilidade pelo produto nos crimes contra o consumidor
- Natureza jurídica do art. 28 da Lei 11.343/2006 (nova lei de drogas)
- Delinqüência juvenil violenta e o limite temporal de cumprimento das medidas socioeducativas

Criminalidade Econômica E Organizada

- Direito penal econômico x direito penal clássico
- Relação entre Estado e Economia: os crimes concorrenciais
- Normas penais em branco nos crimes econômicos
- Causas especiais de extinção da punibilidade, de suspensão da pretensão punitiva
- Competência nos crimes sócio-econômicos
- Novas agências no sistema punitivo institucionalizado: Banco Central, COAF, Receita Federal, Previdência etc.
- Acordo de leniência e compromisso de cessação de condutas na Lei 8.884/94 –
- Abuso de poder econômico
- Termo de compromisso na Lei 6.385/76, com redação dada pelo Dec. 3.995/01
- – Mercado de valores mobiliários

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

- Proteção Constitucional do Meio Ambiente.
- Estado de Direito Ambiental.
- Proteção Constitucional do Patrimônio Cultural.
- Tombamento em matéria ambiental.
- Proteção Jurídica do Patrimônio Imaterial.
- Ordem Econômica e meio ambiente.
- Ação civil pública e meio ambiente.
- Ação popular ambiental.
- Inquérito Civil e Meio Ambiente.
- Ação de Improbidade Administrativa e a Proteção Urbana.
- Ações coletivas e tutela do meio ambiente.
- Espaços Ambientalmente Protegidos.
- Reserva legal Florestal
- Área de Preservação Permanente.
- Bioma Mata Atlântica.
- Servidão Ambiental.
- Unidades de Conservação.
- Compensação Ambiental.
- Proteção Jurídica aos Animais.
- Responsabilidade Civil Ambiental.

- Responsabilidade Administrativa Ambiental.
- Processo Administrativo Ambiental.
- Advocacia ambiental e os novos paradigmas do Direito Ambiental.
- Plano Diretor e a Proteção Ambiental.
- Da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- Do Estudo de Impacto de Vizinhança.
- Da Transferência do Direito de Construir.
- Da Operação Urbana Consorciada.
- Do Direito de Preempção.
- Do Direito de Superfície.
- Gestão Democrática das Cidades.
- Usucapião Especial no Estatuto das Cidades.
- Água: sua proteção legal.
- Agências de Água.
- Outorga de Uso de Recursos Hídricos.
- Cobrança de Recursos Hídricos.
- Comitês de Bacia Hidrográfica.
- Aspectos da legislação de proteção ao meio ambiente do trabalho.
- Aspectos jurídicos do Licenciamento Ambiental.
- Auditoria ambiental.
- Competência do Município em matéria ambiental.
- Consumidor e o meio ambiente.
- Controle jurisdicional do licenciamento ambiental.
- Crimes contra a fauna.
- Crimes contra a flora.
- Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.
- Direito agrário e meio ambiente.
- Direito ao Meio Ambiente Urbano ecologicamente equilibrado.
- Direitos humanos e o meio ambiente.
- Espaços ambientalmente protegidos.
- Estado na preservação do patrimônio ambiental.
- Estudo prévio de impacto ambiental.
- Execução das Ações Coletivas de proteção ambiental.
- Função ambiental da cidade.
- Função socioambiental da propriedade.
- Gestão ambiental: responsabilidade da empresa.
- Impacto ambiental e suas conseqüências jurídicas.
- Inquérito civil em matéria ambiental.
- Mecanismos jurídicos de proteção ambiental.
- Meio ambiente e exercício da cidadania.
- Ministério Público e a defesa do meio ambiente.
- Município e a proteção do meio ambiente.
- Natureza jurídica da licença ambiental.
- Partilha constitucional de competência e legislação ambiental.
- Pessoas jurídicas e responsabilidade penal ambiental.
- Poder de polícia em matéria ambiental.
- Preservação do meio ambiente por meio do Direito Penal.
- Propriedade privada e meio ambiente.

- Recursos hídricos e sua proteção jurídica.
- Relações de consumo e a proteção do meio ambiente.
- Responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica.
- Sanções administrativas ambientais.
- Taxa ambiental.
- Tributação e meio ambiente.
- Tutela coletiva do bem ambiental.
- Unidades de Conservação e Transgênicos.
- Reservas da Biosfera.
- Licitações Sustentáveis.
- O CONAMA e a proteção florestal.
- ISSO 14001 e a Gestão Ambiental.
- Uso do Fogo e Proteção Florestal.
- Poluição e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.
- Parcelamento do Solo e Proteção Ambiental.
- Zoneamento Ecológico-Econômico.
- Padrões de Qualidade Ambiental.
- Seguro Ambiental.
- Gestão de Florestas Públicas.
- Concessão Florestal.
- Da competência no licenciamento ambiental.
- O Princípio Democrático e as audiências públicas.
- Populações Tradicionais e proteção ambiental.
- Populações Indígenas e Meio Ambientes.
- Responsabilidade do Estado por condutas omissivas.
- Organismos Geneticamente Modificados e Meio Ambientes.
- Instrumentos Econômicos de proteção ambiental.
- Sustentabilidade.
- Responsabilidade socioambiental das empresas
- Áreas verdes urbanas como elemento da cidade sustentável
- Poluição sonora
- Educação Ambiental e o ensino jurídico
- ICMS Ecológico e a proteção ambiental.
- Termo de Ajustamento de Conduta
- Créditos de Carbono.
- Saneamento Básico e proteção ambiental.
- A Política Internacional de Tutela Ambiental
- Políticas Públicas Ambientais.
- Cidadania e Meio Ambiente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Teoria Geral Da Constituição

- Constitucionalismo antigo e Constitucionalismo moderno: diferenças, características,
- evolução história, legado do constitucionalismo antigo nos dias de hoje.
- Constitucionalismo contemporâneo: características, desafios (v.g. globalização econômica, papel da jurisdição constitucional, concretização dos direitos fundamentais),
- neoconstitucionalismo.
- Conceito de constituição. O valor da Constituição na sociedade brasileira Tipologia das constituições.
- Supremacia da Constituição: rigidez e supremacia constitucional.
- Hermenêutica constitucional.
- Constituição aberta.
- Normas constitucionais.
- Poder constituinte: conceito, titularidade, poder originário, processo constituinte.
- Poder reformador.
- Poder decorrente.
- Constituição e Soberania.

Controle De Constitucionalidade

- Histórico do controle de constitucionalidade no mundo. (Também pode ser escolhido um país específico).
- Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.
- Natureza jurídica do ato normativo inconstitucional.
- Espécies de inconstitucionalidade.
- Tipos de controle de constitucionalidade.
- Sistemas de controle de constitucionalidade.
- Controle abstrato de constitucionalidade no Brasil.
- Controle concreto de constitucionalidade no Brasil.
- Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade. (Interpretação conforme a Constituição, Interpretação sem redução de texto, apelo ao legislador).
- Modulação dos efeitos da decisão do controle de constitucionalidade.
- A disciplina normativa da ADI na Lei 9.868/1999.
- Disciplina normativa da ADC na lei 9868/1999.
- 24 abstratos pela lei 9868/1999.
- Singularidades processuais das ações de controle de constitucionalidade.
- Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.
- Mandado de injunção.
- Mecanismos de controle da omissão inconstitucional.
- A Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- Controle de constitucionalidade no âmbito estadual (pode ser focado o exame da Constituição de um Estado brasileiro, as diferenças e semelhanças com o controle de Constitucionalidade da Constituição Federal etc.).
- Desafios contemporâneos do Controle de Constitucionalidade no Brasil: (Legitimidade da
- Jurisdição constitucional, Julgamentos controvertidos do STF, Racionalidade na atuação do STF).

Direitos Fundamentais

- Evolução histórica dos direitos fundamentais.
- Características dos direitos fundamentais.
- Exame do artigo 5º da CF/88.
- Direitos fundamentais em espécie.
- Direitos fundamentais nas relações privadas.
- Sistema Internacional de direitos humanos
- Sistema Regional de proteção de direitos humanos na OEA.
- Sistema Regional de proteção de direitos humanos no MERCOSUL.
- Sistema Regional de proteção de direitos humanos na União Européia.
- Eficácia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.
- Direito à vida. (Podem ser enfocados temas como Aborto, Eutanásia, Ortotanásia).
- Direito à igualdade. (Pode ser examinado o direito à igualdade em termos de direito à educação, direito à saúde etc).
- Direito à liberdade (Podem ser enfocados os temas Liberdade religiosa, Liberdade de locomoção, etc.).

Ações Constitucionais

- Evolução das ações constitucionais no direito brasileiro.
- A relação entre ações constitucionais e direitos fundamentais.
- Mandado de Segurança Individual.
- Mandado de Segurança Coletivo.
- Habeas Data.
- Habeas Corpus.
- Ação popular.
- Ação civil pública.

Direitos Sociais E Políticas Públicas

- Direitos sociais.
- Direitos sociais em espécie.
- Políticas Públicas.
- Controle judicial de políticas públicas.

Direito À Propriedade. Direito À Segurança.

- Direito à Propriedade.
- Fundamentos constitucionais da desapropriação.
- A função social da propriedade.
- O direito à segurança.
- A segurança pública na Constituição Federal.
- Conflito entre segurança pública e demais direitos fundamentais.

Organização Do Estado

- Formas de Estado. Estado Unitário e Estado Federal.
- O Federalismo brasileiro.
- Tipos de Federalismo.
- A repartição de competências na Constituição brasileira.
- Técnicas de repartição de competências.
- Classificação das competências dos entes da Federação.
- A intervenção nos Estados pela União.
- A intervenção nos Municípios pelo Estado.
- A União Federal.
- Os Estados-membros.
- O Distrito Federal.
- Os municípios na federação brasileira.

Poder Judiciário E Funções Essenciais À Justiça

- Poder Judiciário. A função judicial.
- Estatuto da Magistratura.
- Garantias e vedações da magistratura.
- A organização constitucional dos Tribunais.
- O CNJ.
- Acesso à justiça dos necessitados.
- Defensoria Pública da União.
- Defensoria Pública dos Estados.
- Ministério Público (natureza e princípios institucionais, estrutura orgânica, garantias, funções institucionais, poderes investigatórios).
- O CNMP.
- Advocacia-Geral da União.

Poderes Do Estado: Poder Legislativo E Poder Executivo

- Teoria da Separação de Poderes.
- Checks and balances na Constituição de 1988.
- Poder Legislativo na CF/88.
- Espécies normativas.
- Processo Legislativo.
- Medidas Provisórias.
- Comissões Parlamentares de Inquérito.
- Estatuto dos Parlamentares.
- Poder executivo.
- O presidencialismo brasileiro.
- Impeachment.

DIREITO DO CONSUMIDOR

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Responsabilidade Civil Do Fornecedor

- Responsabilidade por Vício e Defeito do Produto ou Serviço
- A Responsabilidade do Fornecedor e a Prescrição
- Os Novos Danos no CDC: danos morais coletivos, danos sociais e danos por perda da chance
- As Sanções Aplicáveis aos Fornecedores no CDC
- O Direito à Efetiva Reparação dos Danos
- Ato ilícito e abuso de direito no CC/2002 e no CDC
- 2 - DISCIPLINA: PROTEÇÃO CONTRATUAL E PRÁTICAS COMERCIAIS
- Cláusulas Abusivas no Contrato de Adesão
- Publicidade no CDC
- O Comércio Eletrônico e a Proteção ao Consumidor

Relações De Consumo E Responsabilidade Civil E Penal

- Crimes Contra as Relações de Consumo.
- Responsabilidade Civil do Estado.
- Controle Administrativo e Tutela Preventiva Por Meio da Administração Pública

Contratos De Consumo

- A Suspensão do Serviço Essencial na Hipótese de Inadimplência
- Os Contratos de Planos de Saúde e a Proteção do Consumidor
- Contratos de Serviços Públicos
- Os Contratos de Crédito ao Consumo e o Super endividamento do Consumidor
- Direitos do Consumidor nos Contratos de Transporte Aéreo
- Extinção dos contratos e suas repercussões para o CDC
- A Proteção Contratual pelo CDC
- Responsabilidade Civil Pré Contratual e Pós Contratual

Prática Processual Das Ações De Defesa Do Consumidor

- A atuação do Ministério Público na Defesa do Consumidor
- A Ação Coletiva Como Resposta ao Direito Público do Consumidor
- A Prova na Tutela Coletiva do Consumidor
- As Tutelas de Urgência na Proteção do Consumidor

Teoria Geral Dos Direitos Do Consumidor

- Aplicação do princípio da boa fé nas relações de consumo.
- A importância da relação de consumo como pressuposto de cidadania.
- A Facilitação da Defesa dos Direitos do Consumidor e a Inversão do Ônus da Prova

- Princípios Aplicáveis às Relações de Consumo
- Agências Reguladoras e a Tutela do Consumidor
- O Direito do Consumidor como Direito Fundamental

Direito Eleitoral

SUGESTÃO DE TEMAS PARA TCC

- Sistemas eleitorais e organização judiciária nos países da América Latina
- História do direito eleitoral brasileiro
- O voto eletrônico e as hipóteses de utilização da cédula
- Evolução histórica do sistema eleitoral brasileiro
- Os direitos políticos nas Constituições brasileiras 6. art. 1º, I, e, LC 64/90
- O voto obrigatório na visão do Estado Democrático de Direito
- Candidaturas itinerantes (alteração do domicílio eleitoral e a existência de fraude à Constituição)
- Reeleição e o princípio da igualdade entre os candidatos
- A possibilidade de reeleição e suas implicações na inelegibilidade reflexa (art. 14, §7º da Constituição)
- Princípio da presunção de inocência e a Lei Ficha Limpa
- A eficácia imediata da Lei Ficha Limpa e o princípio da anualidade eleitoral
- A Lei Ficha Limpa: inovações e aspectos controvertidos A (in)constitucionalidade formal da Lei Ficha Limpa 14. 1º, I, alínea k, LC 64/90)
- O processo eleitoral e a (in) constitucionalidade do humor
- Competência para julgar as contas dos administradores públicos detentores de mandato eletivo (art. 1º, I, alínea g, LC 64/90)
- Propaganda eleitoral: internet como instrumento político
- A competência do TSE para julgar irregularidade na propaganda partidária (regional e nacional)
- Crimes contra a honra no direito eleitoral.
- A competência dos Tribunais Regionais Eleitorais para julgar crimes eleitorais praticados por prefeito
- A Ação de perda de mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa
- Ação de Impugnação de Mandado.
- A constitucionalidade do recurso contra expedição de diploma em face do art. 14, §10 da Constituição
- Investigação judicial eleitoral.
- Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais.
- Atuação do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral.
- Crimes Eleitorais.
- Direito de Resposta em Matéria Eleitoral.
- Invasão de programa eleitoral entre os candidatos que disputam mandatos majoritários e entre os candidatos que disputam mandatos proporcionais
- Inelegibilidades na Constituição Federal.
- Financiamento público de campanhas eleitorais
- Considerações acerca das contas eleitorais e o art. 30-A da Lei nº 9.504/97

- Financiamento público de campanhas eleitorais
- A doação para campanhas eleitorais por meio da internet
- A doação por meio de cartões de crédito para campanhas eleitorais
- As doações ocultas realizadas pelos partidos políticos para as campanhas eleitorais
- A incidência de prescrição intercorrente no julgamento das contas eleitorais.

DIREITO DO ESTADO

SUGESTÃO DE TEMAS PARA TCC

- Politização da Justiça, Judicialização da Política e Ativismo Judicial.
- A Forma Federativa de Estado e o Princípio da Simetria.
- A Transcendência dos Motivos Determinantes das Decisões do STF no Controle Difuso de Constitucionalidade.
- Efetividade Constitucional e o Direito Fundamental de Acesso às Políticas Públicas.
- Direitos Fundamentais e Relações Privadas.
- A Proteção Constitucional das Relações Homoafetivas.
- Pai versus Genitor: o Afeto como Valor Constitucional.
- Desconsideração da Pessoa Jurídica no âmbito das Relações de Direito Administrativo.
- Responsabilidade Civil do Estado por Danos decorrentes de Erro Judicial.
- Responsabilidade Civil do Estado decorrente da Perda de uma Chance.
- A Estabilidade dos Atos Administrativos, Segurança Jurídica e a Boa-fé do
- Cidadão administrador

DIREITO MILITAR

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Direito Administrativo Constitucional

- Direitos Fundamentais aplicados aos militares
- Direitos políticos dos militares
- Militares e os direitos de nacionalidade
- A forma federativa de Estado e a influência do Exército nas Polícias Militares e Corpos
- de Bombeiros Militares
- A perda de posto e patente de Oficiais e da graduação de Praças das Forças Armadas e das Instituições Militares Estaduais
- Convocação e mobilização das Polícias Militares pelo Exército
- Justiças Militares Estaduais: composição e competência
- Justiça Militar da União: Composição e competência
- Responsabilidade dos militares por atos ilícitos

- Militares e a prática de improbidade administrativa: configuração e apuração do ilícito
- de improbidade nas instituições militares

Direito Penal Militar

- Teoria geral do delito militar
- Sistemas ou modelos penais e a alocação do Código Penal Militar
- Princípios de aplicação da lei penal militar no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- Crime militar e sua tipicidade indireta: as hipóteses do artigo 9º do CPM
- Civil e a prática o crime militar
- Excludentes de ilicitude no Direito Penal Militar
- Excludentes de culpabilidade no Direito Penal Militar
- Causas de extinção da punibilidade no Direito Penal Militar
- Concurso de pessoas no crime militar
- Concurso de crimes no Direito Penal Militar
- Medidas de segurança no Direito Penal Militar
- Prescrição no Direito Penal Militar
- Penas no Direito Penal Militar
- Motim e revolta
- Deserção: configuração do delito, sua apuração e seu processo perante a Justiça Militar
- Crimes contra a Administração Militar
- Crime militar de porte e tráfico de substância entorpecente e seu conflito aparente com a Lei N. 11.343/07.
- “Lei Maria da Penha” e possibilidade de sua aplicação ao delito entre cônjuges militares da ativa

Direito Disciplinar Militar

- Deontologia militar
- Transgressão disciplinar e a proposta de um conceito analítico
- Causas de justificação e as transgressões disciplinares
- Da culpabilidade na transgressão disciplinar
- Processo Administrativo Disciplinar
- Recursos no Processo Administrativo Disciplinar
- Habeas corpus em matéria disciplinar
- Mandado de segurança em matéria disciplinar
- Ação ordinária em matéria disciplinar
- Ação regressiva contra militar causador de dano reparado pelo Estado
- Controle jurisdicional dos atos disciplinares

Direitos Humanos

- O militar federal como agente garantidor do respeito aos Direitos Humanos
- O militar estadual como agente garantidor do respeito aos Direitos Humanos
- Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos e sua influência no Direito Militar
- Direitos Humanos dos Conflitos Armados

- O Brasil e sua participação de missões das Organizações das Nações Unidas
- Tribunal Penal Internacional

Legislação Penal Especial

- Atuação dos militares estaduais e a prática de abuso de autoridade
- Atuação dos militares federais e a prática de abuso de autoridade
- O militar como vítima de abuso de autoridade
- Atuação dos militares estaduais e a prática de tortura
- Atuação dos militares federais e a prática de tortura
- Lei dos crimes hediondos e possibilidade de sua aplicação a crimes militares
- Crimes de trânsito e o conflito aparente com os crimes militares
- Lei n. 9.099/95 e sua aplicação aos crimes militares
- Porte de arma para militares: estudo detido da aplicação do Estatuto do
- Desarmamento aos militares
- Interceptação telefônica na apuração de ilícitos penais militares
- A Lei do crime organizado e sua aplicação na apuração de delitos militares

Direito Processual Penal Militar

- Inovações da Lei Processual penal comum e sua aplicação aos processos em curso na Justiça Militar
- Inquérito Policial Militar
- Auto de prisão em flagrante delito de crime militar
- Polícia Judiciária Militar
- Prisões provisórias na apuração do delito militar
- Da mensagem
- Liberdade provisória e crime militar
- Sursis no Direito Penal Militar
- Livramento condicional no Direito Penal Militar
- Execução da sentença no Direito Penal Militar
- Teoria Geral das provas no Direito Processual Penal Militar
- Recursos no Direito Processual penal Militar

Doutrina De Polícia E Segurança Pública

- Poder de Polícia: conceito, limites e conflito de atribuições
- Ciclo de polícia e seu exercício pelas instituições responsáveis pela segurança pública
- As guardas municipais e o exercício do poder de polícia
- Força Nacional de segurança: constitucionalidade e legalidade de sua atuação
- Forças Armadas e operações de garantia da lei e da ordem

DIREITO MUNICIPAL

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Agentes Públicos

- Prerrogativas constitucionais dos servidores públicos municipais e Estados de Direito.
- Alteração do regime constitucional dos servidores públicos e cláusulas pétreas
- Regime constitucional da remuneração dos agentes públicos municipal.
- Participação do advogado no Processo disciplinar
- Greve no funcionalismo público municipal

Poder de Polícia e Direito Ambiental

- Poder de polícia no Estado social.
- Poder de polícia no neoconstitucionalismo.
- Ordenação administrativa
- Delegação do poder de polícia
- Competência legislativa municipal e direito ambiental.
- Competência administrativa municipal e direito ambiental.
- Princípio da precaução e da prevenção.
- Princípio do poluidor pagador
- Parcelamento, edificação e utilização compulsória de imóveis urbanos
- Desapropriação urbanística sancionatória
- IPTU progressivo e função social da propriedade urbana
- Usucapião especial de imóvel urbano
- Direito de superfície
- Direito de preempção
- Outorga onerosa do direito de construir
- Operações urbanas consorciadas
- Concessão urbanística
- Transferência do direito de construir. Solo criado
- Estudo de impacto de vizinhança
- Plano diretor
- Concessão de uso especial para fins de moradia
- Gestão democrática da cidade
- Compensação ambiental
- Competências relativas ao saneamento básico
- Saneamento básico e consórcios públicos
- Saneamento básico nas regiões metropolitanas
- Tombamento
- Outorga de uso de bem público municipal
- Patrimônio histórico do município

Direito Tributário Previdenciário e Financeiro.

- Taxa Municipal de Serviços
- Taxa Municipal de Polícia.
- Contribuição de iluminação pública
- Preços públicos municipais.
- Sanções tributárias municipais
- Regime constitucional do IPTU
- Regime constitucional do ITBI
- Regime constitucional do ISS
- ISS e lista de serviços
- Super simples
- Lei Orçamentária anual.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Plano Plurianual.
- LRF e autonomia federativa
- LRF a despesa com pessoal
- LRF e empréstimos públicos
- Despesas de final de mandato.

Fazenda Municipal em Juízo

- Reclamação constitucional.
- Ação direta de inconstitucionalidade
- Ação declaratória de constitucionalidade
- Ação de descumprimento de preceito fundamental.
- Controle difuso de constitucionalidade
- Controle concentrado e modulação de efeitos.
- Ação civil pública e competência.
- Ação civil pública e declaração de inconstitucionalidade.
- Suspensão de liminar
- Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa.
- Controle jurisdicional dos conceitos jurídicos indeterminados
- Controle jurisdicional e troca de sujeito.
- Controle jurisdicional e mérito administrativo.
- Prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo.
- Antecipação de tutela contra a Fazenda Pública
- Fazenda Pública e astreute

Direito Municipal Constitucional

- Improbidade administrativa e competência
- Improbidade administrativa por ato culposo
- Criação e extinção de Municípios.
- Teoria do Estado Federal.
- O Município na Constituição de 1988
- Município e Lei Orgânica Municipal
- Princípio da simetria e competências municipais

- Competência municipal legislativa
- Competência municipal administrativa
- Regulamentos administrativos municipais
- Competências do Tribunal de Contas
- Julgamento das contas do Prefeito.
- Sustação de contratos municipais.
- Sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas.
- Estatuto constitucional dos vereadores
- Limitação ao número de vereadores
- Imunidades parlamentares dos vereadores
- Vedações e impedimentos dos vereadores
- Remuneração dos vereadores: limites constitucionais

Licitação, Contratos e Parcerias

- Licitação na modalidade de convite
- Recursos na licitação
- Ata de Registro de Preços.
- Pregão
- Contratos da Administração
- Alteração dos contratos administrativos.
- Extinção unilateral dos contratos administrativos.
- Dispensa de licitação
- Inexigibilidade de licitação
- Terceirização na Administração Pública
- Convênios Administrativos.
- Consórcios Administrativos.
- Serviços públicos municipais.
- Concessão de serviço público municipal
- Permissão de serviço público municipal
- Autorização de serviço público municipal
- Atividade municipal de fomento.
- Organizações sociais.
- Organizações de sociedade civil de interesse público.
- Subvenções municipais.

Direito Previdenciário

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Fundamentos da Seguridade Social e Princípios Constitucionais

- Origem da proteção social
- Evolução histórica e legislativa no Brasil
- Relação jurídica de previdência social – suas características e correntes
- Proteção precípua do trabalhador

- A assistência social e o benefício assistencial - o requisito objetivo, qual seja, a renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deveria ser revisto? - -o critério de hipossuficiência
- Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios e a correção defasada
- O LOAS e o objeto da ADPF 182
- O princípio da universalidade e a limitação de riscos sociais cobertos
- Sistema especial de inclusão previdenciária (art. 201, §12, CR)

Regime Geral de Previdência Social

- Pensão por morte e equilíbrio econômico-atuaria: ao falecer o chefe da família - o instituidor da pensão, esta ao invés de 100% do que o segurado recebia não deveria ser apurada excluindo o que, em tese, seria destinado ao falecido?
- RGPS e auxílio-reclusão: a visão do STF - renda do segurado versus a do dependente.
- Salário-maternidade: mãe biológica e mãe adotiva
- Desaposentação
- Fator previdenciário: é razoável? - visão do STF
- A defasagem do valor dos benefícios previdenciários
- Contagem recíproca do tempo de contribuição
- A aposentadoria por idade rural e seu caráter assistencial (e não previdenciário)

Regimes Próprios de Previdência Social

- Regimes próprios: a não previsão do benefício de pensão por morte seria constitucional?
- Regimes próprios e aposentadoria especial
- Regimes próprios e a paridade entre ativos e inativos
- Regimes próprios, aposentadorias e contagem recíproca
- As alterações constitucionais e a cada vez mais próxima equiparação dos regimes próprios com o RGPS
- A possibilidade de instituição de regimes próprios por pequenos municípios e o risco de não adimplemento das prestações no futuro

Sistemas De Previdência Complementar

- Entidades fechadas de previdência complementar seriam entidades paraestatais?
- Entidades fechadas de previdência complementar e possibilidade de superavit: não estaria a ocorrer um desvirtuamento da finalidade de tais entidades?
- Previdência privada/complementar: tendo o Estado o dever de fiscalizar, em caso de quebra e se não fiscalizou, poderia ser responsabilizado?
- A LC 109/01 e os institutos do vesting, da portabilidade e do resgate

Custeio da Seguridade Social

- Aviso prévio indenizado e incidência de contribuição
- Receita Federal do Brasil: a união dos fiscos federal e previdenciária.
- Os 'REFIS' e o incentivo aos mau-pagadores.
- Princípio da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial
- Decadência e prescrição – súmula vinculante n.º 8 do STF
- MP 449 e o direito penal previdenciário
- Crimes previdenciários no código penal
- A real destinação dos valores arrecadados por meio de contribuições sociais e o alegado déficit do orçamento da Previdência

Relações Jurídicas Trabalhistas e Previdenciárias

- Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, a repercussão no sistema previdenciário
- Ação Regressiva do INSS contra o empregador causador de acidente do trabalho
- Sentença trabalhista. Efeitos subjetivos da coisa julgada trabalhista.
- Execução de contribuições decorrentes de decisões da Justiça do Trabalho
- O aumento do SAT/GILRAT pelo FAP

Prática Previdenciária

- Princípio do in dúbio pro misero
- Contencioso administrativo e princípios constitucionais aplicáveis
- Desnecessidade de prévio exaurimento das vias administrativas
- A efetividade dos julgamentos administrativos em matéria previdenciária
- Mandados de Segurança contra atos do INSS
- Mandados de Segurança nos Juizados Especiais Federais
- Juizados especiais e julgamentos em massa

DIREITO PROCESSUAL

SUGESTÕES DE TEMAS PARA O TCC

Direito Processual Civil

- Flexibilização do procedimento.
- Impossibilidade jurídica do pedido e art. 285-A.
- Procedimento executivo (art. 475-J) e multa.
- Súmula impeditiva de recursos.
- Súmula vinculante.
- Repercussão geral.
- Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados no DPC.
- Legitimidade e interesse na tutela dos interesses difusos e coletivos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Fundamentos do Direito Processual Civil

- Alternativas para a solução dos conflitos
- Escopos do processo e técnicas processuais
- Processo e direito material
- Crítica da evolução do processo civil brasileiro
- Tutela constitucional do processo
- A garantia do processo
- Inevitabilidade da jurisdição
- Limites à efetivação da defesa
- Decisão inaudita altera parte e garantia do contraditório
- Organização judiciária brasileira: uma abordagem crítica
- Tutela Constitucional do Processo
- Tutelas diferenciadas
- Função cautelar
- Conexão e litispendência no processo individual e coletivo
- Desestruturação do processo
- Abuso do processo
- Validade e invalidade dos atos processuais
- Fungibilidade de meios
- Meios eletrônicos para a comunicação dos atos processuais
-

Processo De Conhecimento

- Legitimação individual e coletiva e os mitos da representatividade.
- Problemas na intervenção de terceiros
- Requisitos de admissibilidade para o exame do mérito
- A estabilização da tutela antecipada
- Efetivação da tutela antecipada
- Antecipação de tutela na sentença
- Tutela de urgência
- Revelia e preclusão

Prova, Sentença E Coisa Julgada

- A efetividade da audiência preliminar
- Saneamento do processo e celeridade processual
- Imparcialidade do juiz e ônus da prova
- Poderes instrutórios do juiz
- Limites à produção probatória
- Imutabilidade da jurisdição
- Coisa julgada e sua revisão

Recursos E Meios De Impugnação

- A garantia do duplo grau de jurisdição e as limitações ao direito de recorrer
- A garantia do duplo grau de jurisdição e a “supressão de instância”
- Efeito suspensivo da apelação e formas de sua obtenção
- Devolutividade plena dos recursos
- Recorribilidade das decisões interlocutórias
- O juízo monocrático nos tribunais
- Decisões não-unâнимes e decisões divergentes em um mesmo tribunal
- Recursos e ações autônomas de impugnação por terceiro prejudicado
- Direitos das partes e limites aos recursos excepcionais
- Súmula vinculante
- Requisito de admissibilidade da repercussão geral
- Função uniformizadora do recurso especial e defesa da lei federal
- Controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais de apelação e pelo STJ
- Controle difuso de constitucionalidade e tutela coletiva
- Aspectos processuais do controle concentrado de constitucionalidade
- Apelação por Instrumento

Cumprimento Das Decisões E Processo De Execução

- Cumprimento da sentença e execução de título executivo extrajudicial: institutos diversos?
- Medidas coercitivas na execução de sentença e de decisões interlocutórias
- Título executivo para pagamento de quantia certa
- Responsabilidade patrimonial na execução
- Tutelas do executado e garantias constitucionais
- Suspensão da execução e das medidas executórias
- A nova execução provisória
- Expropriação e alienação do bem penhorado: visão do presente e do futuro
- Penhora online e penhora de faturamento: visão do presente e do futuro
- Bens impenhoráveis e sua relatividade: visão do presente e do futuro
- O Parcelamento do débito nos termos do artigo 745-A do CPC
- A objeção de pré-executividade após as reformas processuais
-

DIREITO PÚBLICO

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Fazenda Pública Em Juízo

- O conceito de Fazenda Pública: sua amplitude
- Interesse público versus interesse privado: qual prevalece?
- A indisponibilidade dos interesses da Administração Pública: princípio absoluto?
- O cumprimento das decisões judiciais pela Fazenda Pública no Brasil
- Execução contra a Fazenda Pública e o não cumprimento das decisões judiciais pela Fazenda Pública

- Prerrogativas ou privilégios processuais da Fazenda Pública?
- A ação monitória contra a Fazenda Pública: utilidade de tal ferramenta
- A Fazenda Pública em Juízo e a persecução do interesse PÚBLICO
- A negligência dos representantes da Fazenda em Juízo: prejuízo para toda sociedade
- Prerrogativas da Fazenda Pública: cabimento de interpretação restritiva ou ampliativa?
- Fazenda sucumente – honorários inferiores a 10%: ferimento ao princípio da igualdade?
- Remessa necessária: cabimento e hipóteses
- A Emenda Constitucional n.º 62 e a nova redação do art. 100, CR/88 (precatórios)
- A burla à ordem dos precatórios
- O não pagamento dos precatórios
- A execução provisória contra a Fazenda Pública
- O cabimento de execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública
- O direito processual público
- A suspensão da segurança
- Tutela antecipada em face da Fazenda Pública: cabimento
- Os acordos nos Juizados Especiais Federais
- Métodos alternativos de composição de lides e a Fazenda Pública

Direito Constitucional

- Colisão de Direitos Fundamentais
- A baixa constitucionalidade e a inefetividade dos direitos fundamentais-sociais no Brasil
- O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana sob a óptica de Ministros do Supremo Tribunal Federal
- Supremo Tribunal Federal e a vinculação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares
- O entendimento do STF em alguns casos de colisão de direitos fundamentais
- O Constitucionalismo Contemporâneo e a Instrumentalização para a Eficácia dos Direitos Fundamentais
- Igualdade e ações afirmativas sociais e raciais no ensino superior: o que se discute no STF?
- Proporcionalidade no STF: método ou retórica?
- O Princípio da Razoabilidade da Lei. Limites da Função Legislativa
- Ponderação de princípios e objetividade na interpretação constitucional
- Os critérios de legitimidade reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal para propositura de ação direta de inconstitucionalidade
- A efetividade do controle constitucional de medidas provisórias
- Controle de Constitucionalidade de Ofício pelo Supremo Tribunal Federal: o Exemplo da Lei de Arbitragem
- A interpretação conforme a constituição permite a alteração de normas?
- Votações no STF: devem os ministros, na construção do seu posicionamento, levar em consideração as consequências - jurídicas e extrajurídicas – de suas decisões? Os ministros podem mudar o seu voto no curso do julgamento? Se sim, sob quais condições?

- O CNJ e o controle externo do Judiciário
- Novos caminhos do controle de constitucionalidade: Existiriam técnicas informais de controle de constitucionalidade? Será a definição da pauta de julgamentos uma forma de decisão judicial? A composição do STF influencia em seu processo decisório?
- A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o reconhecimento de direitos: Quando estão em jogo direitos individuais de grupos minoritários, o que fazer quando a atuação parlamentar não é suficiente para garanti-los?
- Como o Supremo Tribunal Federal encara e exerce o controle das normas pré-constitucionais?
- O elemento político subjacente no controle judicial de constitucionalidade das leis
- Princípio da Impessoalidade e Abuso do Poder de Legislar.
- Princípio da Legalidade. Descumprimento de Ordem Judicial por Funcionário Público.
- Crime de Responsabilidade. Renúncia do Agente. Efeitos processuais.
- O princípio da insignificância no Direito Penal: uma análise na jurisprudência do STF
- Individualização da pena na execução penal
- O problema da ressocialização dos criminosos

Direito Constitucional Aplicado

- Ação direta de inconstitucionalidade por omissão e lei 12.063/09: a possibilidade de a decisão do STF ir além da mera notificação ao omissor.
- A nova lei do mandado de segurança
- A interpretação do STF quanto aos efeitos da decisão no mandado de injunção
- Mandado de Injunção: há uma resposta do Poder Legislativo ao instituto?
- O papel do habeas data na Sociedade da Informação
- As súmulas vinculantes vêm promovendo a efetiva redução de processos repetidos?
- Com as súmulas vinculantes, o STF estaria indo além dos seus limites, adotando Uma postura legislativa?
- A Constituição exige “reiteradas decisões sobre matéria constitucional”: mas Quando fica caracterizada esta reiteração?
- O STF e o fornecimento de medicamentos pelo poder público
- O Modelo Federal do Processo Legislativo e sua Observância pelos Estados Membros.
- A lei injusta e sua inconstitucionalidade substancial, no estado democrático de direito.

Direito Administrativo

- Ato Administrativo: discricionariedade e legitimidade
- Revisão dos atos administrativos: limites e possibilidades
- Sistema jurídico administrativo e o princípio da moralidade administrativa
- Os princípios da eficiência, eficácia e economicidade
- Controle judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Quais são os limites da atuação do Tribunal de Contas?
- Controle Administrativo sobre entidades descentralizadas

- Controle dos atos políticos ou de governo
- A crise financeira e a dispensa de licitações
- Cartéis em Licitações: aspectos jurídicos e econômicos
- Mudanças nas licitações: a inversão de fases e o saneamento de falhas no STF: Podem as leis locais, elaboradas por Estados e Municípios, determinar que suas licitações sejam processadas com a inversão de fases e admitam o saneamento de falhas?
- Preferências em licitação para bens e serviços fabricados no Brasil e para Empresas brasileiras de capital nacional
- Contratação, pela Administração, de serviços bancários
- Contratos por prazo e contratos por escopo
- Parâmetros para o controle de preços nas licitações públicas
- A prática do pregão: questões atuais
- Parcerias Público-Privadas na prática: construção de estádios para Copa de 2014
- A crise no modelo de prestação dos serviços públicos em regime privado
- Contratação direta de instituições sem finalidades lucrativas
- Contratações Interestaduais
- Contratos da administração pública com entidades do Terceiro Setor
- Princípio da continuidade e construção de bens dos prestadores
- Concessionários - Responsabilidade subsidiária do Estado, ou aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica
- Alienação do controle acionário das concessionárias
- Responsabilidade pessoal dos agentes públicos
- Processo administrativo disciplinar e o controle sobre os servidores públicos
- Controle da criação, provimento e extinção dos cargos em comissão
- Natureza jurídica do regime dos empregados e servidores públicos
- Serviços públicos e reforma do Estado
- Tarifas públicas
- Agências Reguladoras
- STF, ADF 46 e o monopólio dos correios

Direito Administrativo Aplicado

- Responsabilidade Civil do Estado: excludentes da responsabilização - reexame do tema
- Responsabilidade pessoal de membros da magistratura e do Ministério Público
- Responsabilidade do Estado pela Demora na Prestação Jurisdicional
- Responsabilidade e políticas públicas
- Responsabilidade das concessionárias de serviços públicos
- A Função Social da Propriedade e a Desapropriação para Fins Urbanísticos
- Desapropriação de Imóvel Rural por Estados e Municípios
- Limites do Poder de Polícia
- Poder de Polícia. Conceitos indeterminados e discricionariedade
- Omissões da Polícia Administrativa – caracterização e consequências
- Competências concorrentes ou concomitantes no Poder de Polícia – critério de prevalência, solução de conflitos
- Atividades impactantes - licença ou autorização ambiental
- Meio ambiente e improbidade administrativa
- Causas excludentes da responsabilidade civil ambiental

- Duração razoável dos processos de licenciamento ambiental
- Improbidade administrativa de dirigente de empresa estatal
- Improbidade Administrativa como Forma de Corrupção
- O Controle Judicial da Responsabilidade Fiscal: Ação Civil Pública de Improbidade
- Princípio da Proporcionalidade Constitucional: Notas a Respeito da Tipificação Material
- e do Sancionamento aos Atos de Improbidade Administrativa Reprimidos na Lei 8.429/92
- Improbidade administrativa: a Natureza Jurídica da Propina
- Direito ao silêncio em CPIs

Direito Tributário

- Lei Complementar em matéria tributária
- Aspectos constitucionais da hipótese tributária da taxa pela prestação de serviço público
- Reflexos da crise no Sistema Tributário
- Crise e a criação de regimes especiais de tributação
- Tributos extra fiscais: critérios para modificação de alíquotas
- Medidas excepcionais tributárias e desequilíbrios concorrenciais
- Substituição tributária
- ICMS na importação
- Tributação do investimento estrangeiro no Brasil
- Guerra fiscal e glosa de créditos
- O ilícito no Direito Tributário
- Multa de ofício e compensação
- Prescrição intercorrente
- Prescrição e decadência como formas de extinção da punibilidade penal
- Responsabilidade do Estado pela prática de ilícitos tributários
- Penhora Online e indisponibilidade dos bens
- Incentivos fiscais e a Lei do bem
- Mandado de Segurança em Matéria Tributária
- Os reflexos da nova lei do Mandado de Segurança no direito tributário
- Medidas administrativas assecuratórias do crédito tributário - celeridade e devida o processo legal
- Consequências da declaração de inconstitucionalidade no direito tributário
- Indisponibilidade de bens na execução fiscal
- A lei 11.382/06 e seus reflexos na execução fiscal
- Administração tributária - tributação e informatização
- Nota fiscal eletrônica
- Regime jurídico dos precatórios e quitação dos débitos tributários
- Execução fiscal: subsistência ou não do efeito suspensivo dos embargos à execução
- Execução fiscal administrativa

SUGESTÃO DE TEMAS PARA TCC

Sistema Constitucional Tributário - Princípios e Imunidades

- Princípio da Capacidade Contributiva
- Princípio da Capacidade Contributiva e Extrafiscalidade
- A Imunidade e os Tributos Indiretos
- O Princípio do não-confisco e as multas
- O Princípio da Anterioridade e a Revogação de Isenções
- O Estudo da Regressividade nos Tributos
- O Estudo da Progressividade nos Tributos
- O Estudo da Seletividade nos Tributos

Sistema Constitucional Tributário - Competência Tributária e Tributos

- A Contribuição de Iluminação Pública
- Taxas x Preços Públicos

Sistema Constitucional Tributário - Impostos em Espécie

- O ISS e a sujeição ativa
- O ICMS nas importações – a importação por conta e risco de terceiros
- A função social da propriedade – uma análise do IPTU e do ITR
- DISCIPLINA: Obrigação e Crédito Tributários
- A Decadência no Direito Tributário
- A Prescrição no Direito Tributário
- A Desconsideração da Pessoa Jurídica na Responsabilidade Tributária
- A Denúncia Espontânea no Pagamento de Tributo Parcelado
- Decadência e Prescrição nos Lançamentos por Homologação

Direito Processual Tributário

- A Prescrição Intercorrente no Direito Tributário
- A Ação Rescisória no Direito Processual Tributário
- A Coisa Julgada Tributária
- A Ação Civil Pública no Direito Processual Tributário
- DISCIPLINA: Direito Internacional Tributário e Direito Penal Tributário
- A Isenção por meio de Tratados
- O art. 98 do CTN e os Tratados Internacionais

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Atualidades em Direito do Trabalho

- Terceirização e o novo conceito de subordinação estrutural;
- Nova Competência da Justiça do Trabalho e as Relações de Consumo;
- Conceito de Relação de Trabalho;
- Flexibilização e Terceirização da mão-de-obra;
- A relação jurídica de estágio: limites e conceito.

Segurança e Saúde do Trabalhador

- A degradação do meio ambiente laboral como causa de acidente do trabalho;
- Direito à vida com qualidade: Trabalho decente e meio ambiente de trabalho equilibrado;
- A prescrição trabalhista como regra específica aplicável às indenizações por acidente do trabalho;
- Doenças do trabalho – exclusão das doenças que não produzem incapacidade laborativa;
- Acidente do trabalho por concausa – Responsabilidade Concorrente entre empregador e empregado;
- Denúnciação da Seguradora Privada à Lide trabalhista acidentária.

Processo do Trabalho – Reflexos da reforma do CPC e da EC 45

- O cabimento de execução de títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho;
- O Habeas Corpus na nova Competência fixada no art. 114 da CF;
- A Razoável duração dos processos e as Reformas do CPC – Paralelo entre o artigo 5º, LXXVIII da CF, após a EC 45/04, e a Lei 11.232/05;
- A multa do art. 475-J do CPC e sua aplicabilidade no Processo Trabalhista.

Direitos Fundamentais e Tutela do Empregado

- Trabalho escravo e degradação do menor como forma de violação de direitos humanos;
- A prática do Mobbing, a violação da dignidade humana e a intenção do agressor;
- Quotas para deficientes físicos e o princípio da Isonomia;
- O excesso de jornada como ofensa ao direito ao lazer.

Tutela Coletiva e Processo do Trabalho

- O Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo MPT e seus limites subjetivos
- O efeito suspensivo dos Recursos em Dissídio Coletivo
- O Inquérito Civil Público e peculiaridades trabalhistas

- O alcance da coisa julgada em ações civis públicas e proveito aos materiais da prestação jurisdicional.

Relações Coletivas do Trabalho

- O “neoliberalismo sindical” e a prevalência do econômico sobre o social: A Negociação coletiva como instrumento precarizador.
- O modelo de liberdade sindical na visão da OIT x O modelo adotado no Brasil
- O Estado como agente de condutas anti-sindicais: Empregador, Legislador ou praticando Atos Regulamentares.
- O necessário acordo para ajuizamento do Dissídio Coletivo como fator limitador do “poder criativo” dos Tribunais do Trabalho

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

SUGESTÕES DE TEMAS PARA TCC

Fundamentos do Direito Processual Civil

- Alternativas para a solução dos conflitos
- Escopos do processo e técnicas processuais
- Processo e direito material
- Crítica da evolução do processo civil brasileiro
- Tutela constitucional do processo
- A garantia do processo
- Inevitabilidade da jurisdição
- Limites à efetivação da defesa
- Decisão inaudita altera parte e garantia do contraditório
- Organização judiciária brasileira: uma abordagem crítica
- Tutela Constitucional do Processo
- Tutelas diferenciadas
- Função cautelar
- Conexão e litispendência no processo individual e coletivo
- Desestruturação do processo
- Abuso do processo
- Validade e invalidade dos atos processuais
- Fungibilidade de meios
- Meios eletrônicos para a comunicação dos atos processuais

Processo de conhecimento

- Legitimação individual e coletiva e os mitos da representatividade.
- Problemas na intervenção de terceiros
- Requisitos de admissibilidade para o exame do mérito
- A estabilização da tutela antecipada
- Efetivação da tutela antecipada
- Antecipação de tutela na sentença
- Tutela de urgência

- Revelia e preclusão

Prova, sentença e coisa julgada

- A efetividade da audiência preliminar
- Saneamento do processo e celeridade processual
- Imparcialidade do juiz e ônus da prova
- Poderes instrutórios do juiz
- Limites à produção probatória
- Imutabilidade da jurisdição
- Coisa julgada e sua revisão

Recursos e meios de impugnação

- A garantia do duplo grau de jurisdição e as limitações ao direito de recorrer
- A garantia do duplo grau de jurisdição e a “supressão de instância”
- Efeito suspensivo da apelação e formas de sua obtenção
- Devolutividade plena dos recursos
- Recorribilidade das decisões interlocutórias
- O juízo monocrático nos tribunais
- Decisões não-unânicas e decisões divergentes em um mesmo tribunal
- Recursos e ações autônomas de impugnação por terceiro prejudicado
- Direitos das partes e limites aos recursos excepcionais
- Súmula vinculante
- Requisito de admissibilidade da repercussão geral
- Função uniformizadora do recurso especial e defesa da lei federal
- Controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais de apelação e pelo STJ
- Controle difuso de constitucionalidade e tutela coletiva
- Aspectos processuais do controle concentrado de constitucionalidade
- Apelação por Instrumento

Cumprimento das decisões e processo de execução

- Cumprimento da sentença e execução de título executivo extrajudicial: institutos diversos?
- Medidas coercitivas na execução de sentença e de decisões interlocutórias
- Título executivo para pagamento de quantia certa
- Responsabilidade patrimonial na execução
- Tutelas do executado e garantias constitucionais
- Suspensão da execução e das medidas executórias
- A nova execução provisória
- Expropriação e alienação do bem penhorado: visão do presente e do futuro
- Penhora online e penhora de faturamento: visão do presente e do futuro
- Bens impenhoráveis e sua relatividade: visão do presente e do futuro
- O Parcelamento do débito nos termos do artigo 745-A do CPC
- A objeção de pré-executividade após as reformas processuais

INVESTIGAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E DIREITO DE DEFESA

SUGESTÃO DE TEMAS PARA TCC

- Metodologia Científica de Investigação.
- Garantismo na persecução penal.
- Aplicação dos princípios da ofensividade e lesividade na investigação penal.
- O inquérito policial e sua imprescindibilidade.
- A prova e sua correta obtenção no âmbito da investigação policial - aspectos polêmicos.
- A possibilidade ou não de o Ministério Público investigar.
- Principiologia penal e seus aspectos em face das investigações penais - aplicação.
- Contraditório e ampla defesa na fase de investigação. Possibilidade?
- As cautelares na investigação: interceptações, quebras de sigilo e outros meios de investigação. Pontos polêmicos em face do escopo constitucional.
- Agente infiltrado: regulamentação ausente e investigações sensíveis. O cometimento de crimes graves.
- Entrega controlada e flagrante retardado: semelhanças e diferenças. Aspectos vitais para uma investigação em narcotráfico.
- Prisões Cautelares e prisão em flagrante delito. Abusos e controvérsias.
- Videoconferência em interrogatórios nas investigações: possibilidade.
- Técnicas inovadoras de cumprimento de mandado de busca e apreensão. Pontos polêmicos no cumprimento.
- Perícias criminais e sua elucidação como ponto fulcral na investigação.
- A importância da não-quebra da cadeia de custódia da prova na fase de investigação policial.
- O crime de tráfico de drogas e investigações envolvendo o crime organizado nesta seara.
- A polêmica das fronteiras sem estrutura e os corredores do crime.
- Crimes tributários e previdenciários contributivos: esgotamento da esfera administrativa para crimes materiais e formais - polêmicas. Implicações na investigação.
- A possibilidade ou não de penalizar pessoa jurídica nos crimes ambientais e suas circunstâncias no ato da investigação.
- Os crimes eleitorais e a competência da Polícia Judiciária da União para apuração- aspectos controvertidos.
- A nova faceta do crime organizado no Brasil e no Mundo e suas implicações nas investigações complexas.
- A lavagem de dinheiro e a concepção de 3ª geração, como ampliação do espectro na investigação.
- Bancos subterrâneos e operações financeiras ilícitas. Avanço da tecnologia e globalização. Dificuldades de apuração. Cooperação Internacional deficitária.
- Crimes financeiros e capacitação dos policiais nas investigações complexas.
- Crimes cibernéticos e de pornografia infantil na internet: principais ferramentas e avanços na investigação desses delitos silenciosos.
- O tráfico de seres humanos para exploração sexual, extração de órgãos e trabalho escravo. Consequências de investigações ineficazes.

- Crimes do colarinho branco: corrupção envolvendo servidores públicos. Fraudes em licitações.
- Investigações envolvendo autoridade com prerrogativa de foro. Mazelas e falácias.
- Crimes patrimoniais: roubo a bancos e a carga. Entendendo o fenômeno sazonal.
- As implicações da nova Lei de Crimes Sexuais na investigação policial.
- O sequestro e as técnicas policiais de investigação e enfrentamento não-letal.
- O crime de homicídio e suas polêmicas no âmbito de investigações difíceis e, a princípio, sem solução.
- Delitos contra o consumidor: investigação policial ou acordo entre partes?
- Investigações em crimes militares, envolvendo policiais corruptos.
- Inteligência Policial e de Estado.
- Técnicas de inteligência policial em face de investigações policiais em grandes operações.
- A Cooperação Internacional e a inteligência policial nas operações de grande vulto.
- Inteligência Policial: ranso da ditadura ou técnica inafastável para o sucesso de investigações?
- Crimes de terrorismo e o uso obrigatório e antecipado das técnicas de inteligência.
- Os principais avanços jurisprudenciais de aspectos contundentes na investigação policial.
- Visão da advocacia, da polícia, do MP e da magistratura.